

OBSERVATÓRIO
ECONOMIA
MAIS
COMPETITIVA
{DE}

REFORMA DO FISCO: RADICAL OU LIGEIRA?

■ IVA

A taxa normal de IVA em Portugal é de 21%, e em Espanha é de 16%. A diferença é um dos principais factores concorrenciais.

21%

■ COMPLEXIDADE

Amaral Tomás considera que a complexidade do sistema fiscal é da responsabilidade não só do legislador mas também da reacção necessária às iniciativas dos agentes económicos.

■ TRIBUNAIS

Houve um reforço de meios nos tribunais fiscais para acelerar os processos em 'stock' e cujas dívidas atingem os 17 mil milhões de euros.

17 mil milhões

ESPECIALISTAS DIVIDIDOS: SIMPLIFICAÇÃO É POSITIVA, MAS O SISTEMA FISCAL TEM DE SER MAIS COMPETITIVO PARA SUPERAR OS PAÍSES DE LESTE, A CHINA E A ÍNDIA.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgtps.com

Estabilidade, competitividade e ambição são as necessidades mais urgentes do sistema fiscal português para tornar a economia mais atractiva. Esta foi a principal conclusão do Observatório organizado pelo Diário Económico e pela Deloitte sobre a Competitividade do Sistema Fiscal Português.

A simplificação do sistema fiscal, através da informatização, é consensual, mas a burocracia e as sucessivas alterações legislativas surgem como os principais entraves ao investimento. Surge assim a dúvida: o actual sistema fiscal requer alterações profundas ou apenas uma melhoria do que se tem vindo a fazer?

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomás, reconhece que o sistema "é muito burocrático e complexo", mas defende que não são necessárias mudanças de fundo. O responsável apontou a informatização como a principal razão para os avanços feitos na fiscalidade e o reforço do número de juizes nos tribunais fiscais como uma das medidas tomadas para acelerar a resolução dos processos fiscais e melhorar o funcionamento dos tribunais.

No mesmo sentido o fiscalista Rogério M. Fernandes Ferreira considera que "o problema da economia portuguesa não é o regime fiscal".

Este "não é muito diferente dos sistemas dos países mais desenvolvidos da Europa", necessita de "estabilidade normativa e simplificação legislativa", defende.

Mas para os sectores bancário e empresarial o sistema fiscal ainda é pouco atractivo. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos, João Salgueiro, defende que o principal concorrente de Portugal em termos fiscais é Espanha e há que pensar no que falta fazer em termos fiscais e não no que já foi feito.

A diferença do IVA entre um país e outro (21% para 16%) foi um dos exemplos apontados como um dos factores que mais importância tem na falta de competitividade do sistema fiscal. A dimensão da economia paralela espanhola é também, para o responsável, "uma forma de concorrência que não se pode ignorar". "Hong Kong e Singapura não seriam o que são hoje se não fossem mais competitivos do que a Indonésia e a China", acrescentou.

O sócio da Linklaters, Jorge Bleck, considera que "não se pode comparar Portugal com França ou a Alemanha", os verdadeiros concorrentes são "os países de Leste e Espanha". A Índia e a China também são, para o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro, dois dos principais concorrentes de Portugal. "O sistema fiscal português não esti-



AMARAL
TOMÁS

O montante de algumas dívidas não compensa o custo para efectuar a sua cobrança.



JOÃO
SALGUEIRO

Portugal não é uma praça financeira nem deverá ser uma plataforma de exportações de bens e serviços.

PUB

OBSERVATÓRIO

«COMPETITIVIDADE DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS»

em parceria:

Deloitte.



ROGÉRIO M. F. FERREIRA

O sistema fiscal precisa de estabilidade normativa e simplificação legislativa.



JORGE BLECK

Como 1% das empresas é responsável por 60% da receita, o Estado podia contraturalizar estes impostos.



FERNANDO ARAÚJO

A falta de competitividade do sistema fiscal não está nas taxas mas nas regras de incidência.



TIAGO CAIADO GUERREIRO

O sistema fiscal português não é 'sexy'. Não é fácil de vender no exterior.

Taxa para as informações vinculativas

▣ Todas as informações vinculativas têm de ser divulgada através da Internet, "mas é difícil avançar mais depressa porque há um abuso de pedidos de informações vinculativas", de acordo com Amaral Tomás, citando o exemplo que uma empresa que preparou quatro pedidos. Os sistemas mais modernos são o da África do Sul, Reino Unido e Holanda, em que, para evitar o excesso de pedidos de informações vinculativas, estas são pagas pelo requerente. Nos EUA é introduzida uma taxa crescente em proporção do tempo que demora a fazer o pedido. João Salgueiro sugeriu a introdução de uma taxa de urgência para os pedidos que tiverem de ser analisados mais rapidamente.

Tributação do 'goodwill'

▣ A competitividade do 'goodwill' é outro dos factores em que Portugal perde para Espanha, de acordo com os especialistas. Mas Amaral Tomás defende que é Espanha que surge como excepção relativamente à tendência internacional. Depois do escândalo da empresa norte-americana Enron, houve uma alteração profunda na visão dos EUA e da Europa quanto à amortização do 'goodwill'. Espanha, apesar de tributar mais vantajosamente a diferença entre o valor contabilístico e o seu valor de mercado, está em risco de ser pressionada por Bruxelas para alterar este regime.

Cimpor investiu no Egipto através de Espanha

Mónica Silveiras
msilveiras@economicasgpps.com

"É com tristeza, como grupo que investe no estrangeiro, que digo que Portugal não oferece veículos para investir no estrangeiro", diz Fernando Araújo, director de fiscalidade da Semapa. E exemplifica: "A Cimpor investiu no Egipto através de Espanha. Não vale a pena investir através de Portugal, mas através da Holanda ou do Luxemburgo", conclui o empresário. Mas os exemplos não se ficam por aqui. Uma empresa portuguesa que queria investir em Cabo Verde decidiu fazê-lo através da Holanda e com financiamento do Luxemburgo, conta o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro, citando experiências pessoais do seu escritório de advogados. "Investir em Portugal e de Portugal para o exterior não poderia ser pior já que não temos veículos para investir no estrangeiro", afirma. Mas, acrescenta, "o mais flagrantemente são as OPA que são lançadas a partir do ex-

terior e é chocante" o facto de não haver reacção por parte das autoridades. Como sugestão, Tiago Caiado Guerreiro avançou alguns exemplos que conferem competitividade à economia: na Índia existe uma 'tax holiday' para certos investimentos até dez anos, a Áustria criou uma plataforma para os investimentos no Leste da Europa. Jorge Bleck, 'partner' da Linklaters, lembra que os investimentos no Brasil estão a ser feitos via Espanha porque "a convenção de dupla tributação é mais favorável". O advogado lembra ainda que há o risco de o mesmo vir a acontecer com Angola, país com o qual Portugal ainda não conseguiu assinar o acordo de dupla tributação. "Portugal parece que anda a dormir já que Espanha está a ponto de concluir uma convenção que é bem mais competitiva do que a nossa", frisa. "Por que espera Portugal para estender ao Brasil a medida que tomou para

os PALOP ao nível da tributação de dividendos", questiona. "Portugal poderia ser transformado numa plataforma de investimento nos países de língua portuguesa", sugere. "Portugal apenas tem assinadas cerca de 40 convenções de dupla tributação, praticando taxas entre 10 e 15%, já Espanha assinou 60 e a Holanda 80 e, em muitos casos, a taxa zero", ou seja, com uma verdadeira isenção. "É a ganância da receita que acaba por ser um desperdício de receita", conclui. À semelhança do Reino Unido, Portugal deveria tomar as decisões de investimento avaliando previamente o custo/benefício, sugeriu o presidente da Associação Portuguesa de Bancos. Com o intuito de ajudar as empresas que já exercem actividade - sobretudo as PME - João Salgueiro sugeriu estender às outras empresas o que foi negociado para os investimentos estrangeiros. ■

Zona Franca da Madeira foi diabolizada

▣ "O que se passa com a zona franca da Madeira foi um tiro no pé", afirma taxativamente João Salgueiro. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos foi corroborado por Fernando Araújo, director de fiscalidade da Semapa, que lamenta o facto de a Zona Franca da Madeira ter sido "diabolizada", apesar de se tratar de "um sistema competitivo". "Hoje ninguém investe através da Madeira porque é politicamente

incorrecto, mas seria um veículo para o fazer se não tivesse sido diabolizado", defendeu o empresário. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Amaral Tomás, garantiu, porém, que, desde que tomou posse, não adoptou "nenhuma medida restritiva da Zona Franca". O responsável explicou que a única coisa que o Executivo fez foi aconselhar o Centro Internacional de Negócios a apresentar uma nova proposta,

"menos ousada" e "mais realista", para a Zona Franca. "Ainda assim", acrescentou Amaral Tomás, "a Comissão Europeia ainda não aprovou por considerar que vai longe demais, sobretudo para as empresas que criam menos postos de trabalho". Perante a indecisão de Bruxelas, está vedada a entrada na Zona Franca a novas empresas, o que representa uma perda de potenciais investimentos. M.S.

"Portugal carece de capital como de pão para a boca" e, com a abertura a Leste, "definitivamente ganhou periferia", frisa Bleck.

"Portugal não deveria tentar aperfeiçoar uma coisa que não funciona e não está ligada à realidade económica nacional", defende Tiago Caiado Guerreiro.